

**Projeto de Lei nº030/2023**

**Caaporã 30 de outubro de 2023.**

Autoriza o poder executivo municipal a celebrar Termo ou Convênio de Cooperação com a Agência de Regulação do Estado da Paraíba – ARPB, visando à delegação das atividades de regulação e fiscalização da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos domiciliares urbanos do município.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXX**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal Art. 30, inciso I, e pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação dessa Colenda Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei.

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Cooperação Técnica ou Convênio, com a Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB, com fundamento no Art.241, da Constituição Federal de 1988 e nas Leis n.ºs 11.445/2007, 12.305/2010, 14.026/2020 e no Decreto n.º 10.936/2022, para o fim de estabelecer colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos no município.

**§1º** O Poder Executivo Municipal, por meio do Convênio ou Termo de Cooperação a que se refere o *caput*, delegará à Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB a competência de organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos no município, nos moldes do que estabelecem as Leis n.ºs 11.445/2007, 12.305/2010, 14.026/2020, assim como o Decreto n.º 10.936/2022.

**§2º** O instrumento a que se refere o *caput* vigorará pelo mesmo prazo 5 (cinco) anos, admitida sua prorrogação pela formalização de termos aditivos.

**Art.2º.** Fica o poder executivo municipal autorizado cobrar a Taxa de Fiscalização prevista no Decreto Estadual n.º26.659, de 2 de dezembro de 2015, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) da receita bruta mensal faturada a qual deve ser adimplida pelas delegatárias ou assemelhadas que prestem o serviço público de saneamento básico no município.

**Art.3º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

---

Prefeito Constitucional  
Cristiano Ferreira Monteiro

## JUSTIFICATIVA

**Ao Projeto de Lei nº030/2023, de 30 de outubro de 2023**

**EXMO. SR. PRESIDENTE E EXMOS. SRS. VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE XXXXX**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAAPORÃ, no uso de suas atribuições conferidas pela Constituição Federal, artigo 30, inciso I, e pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação de Vossas Excelências, Ilustres componentes dessa respeitável Casa Legislativa, o presente Projeto de Lei, para tramitação, em vista das Razões que se seguem:

Encaminho à elevada apreciação dessa colenda Câmara o apenso Projeto de Lei nº. 030/2023, que autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio de Cooperação com a Agência de Regulação do Estado da Paraíba - ARPB, para o fim de o fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos domiciliares urbanos no espaço territorial desta urbe.

Tal autorização se justifica, ante a expressa previsão no Art.241, da Constituição Federal de 1988, assim como na expressa imposição feita pela Lei n.º 11.445/2007 e pela Lei nº 14.026, de 2020, devendo o município se adequar à legislação vigente sobre a matéria.

Ora, Nobres Edis, como é de conhecimento dessa casa, a criação de um ente regulador municipal, além de onerar demasiadamente o município, necessita de técnicos habilitados para exercer esse mister, daí a previsão na Lei n.º 14.026/2020, de a entidade reguladora poder ser uma autarquia estadual, como é o caso da ARPB.

Ainda a título argumentativo, é de notório saber o problema que temos com os resíduos sólidos neste município, sua coleta e destinação, além de impactarem na vida dos munícipes, está diretamente ligado a questão de saúde pública daqueles, de modo que a celebração do Convênio em voga é medida que se impõe, eis que a Lei determina que cabe ao município a responsabilidade pela coleta, tratamento e destinação dos seus resíduos sólidos, o que só pode ser feito sob à regulação de entidade técnica destinada a essa finalidade, como é o caso da Conveniente, ARPB.

Isso, posto, sendo a matéria de indiscutível interesse público e de manifesta relevância social, firmo-me na convicção do apoio dos Senhores Vereadores, dignos representantes do povo nessa insigne Câmara Municipal.

Nestes termos, esperamos a aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitando o ensejo para reiterar os votos de elevada estima e distinta consideração.

Caaporã 30 de outubro de 2023.

Cordialmente,

  
\_\_\_\_\_  
Prefeito Constitucional  
Cristiano Ferreira Monteiro



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7CAA-022E-B436-9ED9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CRISTIANO FERREIRA MONTEIRO (CPF 908.XXX.XXX-82) em 30/10/2023 17:06:32 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caapora.1doc.com.br/verificacao/7CAA-022E-B436-9ED9>